

Revolução

CTT

“A FORÇA DOS TRABALHADORES RESIDE NO SEU NÚMERO, MAS SÓ A SUA ORGANIZAÇÃO PERMITIRÁ TRANSFORMAR ESSA FORÇA NUMA ARMA DE DEFESA CONTRA A EXPLORAÇÃO DE QUE SÃO VÍTIMAS POR PARTE DAS CLASSES DOMINANTES”

Os trabalhadores dos CTT vão eleger no próximo dia 11 de Janeiro o Secretariado Nacional do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (STCT).

A candidatura da lista B, Unidade Sindical, vem no seguimento da luta dos trabalhadores dos CTT por melhores condições de vida e trabalho contra o fascismo e contra a exploração capitalista. Alguns dos elementos da lista B fazem parte da Comissão pró-Sindicato (eleita em 5 de Maio na reunião magna nacional dos trabalhadores dos CTT), a qual desempenhou um importante papel no processo conduzido em torno do caderno de reivindicações dos CTT. Foi este processo que conduziu os CTT à greve nacional em Junho passado.

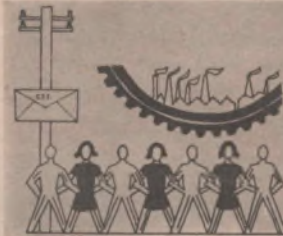
No programa da lista B afirma-se que “a força dos trabalhadores reside no seu número, mas só a sua organização permitirá transformar essa força numa arma de defesa contra a exploração de que são vítimas por parte das classes dominantes. “Por isso a lista B defende um sindicato único e democrático pois “enquanto subsistir a actual sociedade capitalista, o patrono tentará dividir os trabalhadores para melhor reinar”; é assim que “onde há iniciativa e luta organizada das classes oprimidas, a reacção recua”.

ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO

A este respeito considera-se “fundamental a existência de delegados em todos os locais de trabalho. De delegados que realmente desempenhem o seu papel, conhecendo cada vez melhor todos os problemas locais e gerais, conhecendo intimamente as posições e opiniões dos trabalhadores, de modo a defenderem, consequentemente os seus interesses”. Ainda neste campo a lista B considera fundamental a multiplicação de grupos de trabalho que se ocupem de tarefas como sejam inquéritos, dinami-

zação de acção reivindicativa, formação sindical e cultural, de modo a garantir que o sindicato conte constantemente com a ampla participação dos trabalhadores.

Quanto ao Secretariado, ele deve funcionar como o órgão coordenador e dinamizador da vida sindical. Assim o Secretariado Nacional “não será o conjunto de pessoas que toma as decisões em nome dos trabalhadores, sem os consultar. A ele cabe incentivar a organização de modo a que as decisões tomadas na base (...) lhe cheguem e as possa harmonizar. “Ao Secretariado “cabe recolher tudo o que de positivo se faça em qualquer lugar, de modo a divulgá-lo aos outros locais, fazendo com que todos beneficiem. A ele cabe ter uma visão global dos problemas e da opinião de conjunto dos trabalhadores.”



LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

É defendido o 1.º ACT (Acordo Colectivo de Trabalho), revisto ao fim de 6 meses, “pois o aumento constante dos artigos de primeira necessidade ultrapassa rapidamente os pequenos aumentos” conseguidos.

Uma outra reivindicação é a uniformização dos horários e luta pelo tempo de trabalho máximo, por ser “grande a diferença de horário de trabalho dentro da empresa, sendo normalmente os trabalhadores que fazem trabalho mais pesado os que fazem mais horas.

LUTA PELO SANEAMENTO

Neste ponto os camarários da lista B dão-nos o exemplo que não basta lutarmos por melhores condições materiais. Fazer apenas isto, permitindo que os patrões continuem a existir, é ter uma prática reformista, é colaborar na continuação da exploração.

Dizem os camaradas da lista B: “O saneamento não está ainda feito. É possível que alguns pides ou legionários activos não tenham ainda sido descobertos. Os chefes prepotentes continuam e voltam a mostrar-se.”

“A luta pelo saneamento faz parte do combate mais geral contra todas as tendências e manifestações do fascismo, que renasce constantemente da podridão do capitalismo monopolista. A luta pelo saneamento será tenaz e

ENTREVISTA COM TRABALHADORES DA LISTA B DOS CTT

(Continua na pág. 4)

prolongada; terá que estar presente em todos os locais e momentos em que as actuações fascistas aparecem. O saneamento só pode ser obra dos próprios trabalhadores.”

SOLIDARIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES

“Unidade Sindical não significa apenas unidade dos trabalhadores dentro do seu sindicato”. Por isso, neste momento particularmente difícil para os trabalhadores portugueses, em que largos milhares se encontram desempregados e em que todos estão sujeitos ao crescente aumento do custo de vida, “a solidariedade coloca-se aos

trabalhadores como uma questão decisiva, e cabe às suas organizações de classe, desenvolvê-la o mais possível”.

“Contra o patronato organizado devemos opôr a nossa solidariedade organizada”.

SITUAÇÃO POLITICA ACTUAL

A lista B considera que “a situação actual é o reflexo da luta que se trava entre explorados e exploradores.

Assim, estamos com as leis e as medidas do Governo Provisório que visem a melhoria das condições de vida e de trabalho, que forem ao encontro do alargamento das liberdades dos trabalhadores, que criem condições para a sua organização.

Mas não podemos estar com as leis que restringim a luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista, como a lei anti-greve, nem contra as medidas repressivas tomadas contra trabalhadores em luta”.

“Consideramos importante participar nos trabalhos da Intersindical e aí defender os interesses dos trabalhadores dos CTT, compreendidos no âmbito mais geral dos interesses fundamentais dos trabalhadores.

No entanto, consideramos que compete aos trabalhadores dos CTT definir qual a posição a tomar face a uma eventual entrada na Intersindical, assim como a aderência a organizações internacionais do nosso ramo de actividade.”

O CAPITAL NÃO TEM O HÁBITO DE COLABORAR...

Presente na Conferência de Imprensa realizada pela C.C. do Programa do M.F.A., o jornal Revolução fez a seguinte pergunta:

REVOLUÇÃO — A crise económica pela sua própria natureza gerada pelo capitalismo determina que se faça uma escolha: ou a via capitalista, ou opção socialista, sob o ponto de vista de determinada forma de produção económica. Neste princípio do ano, de que lado se situa a Comissão Coordenadora do M.F.A.

Comissão Coordenadora do MFA: — Sobre este ponto, a Comissão Coordenadora do Programa não poderá situar-se de qualquer dos lados dado que, a mesma Comissão Coordenadora do Programa, como já foi afirmado variadíssimas vezes, mais não representa que a vontade do próprio MFA. Pois neste, vive-se efectivamente em democracia desde o seu aparecimento e a Comissão Coordenadora do Programa não poderá ainda pronunciar-se, em virtude do assunto estar em discussão no seio do MFA e não haver ainda qualquer resolução sobre o mesmo. No entanto, a C.C. do Programa não quer deixar de referir que a via é socializante como transparece do próprio Programa, e que, ou o capital colabora na mesma via, ou ela terá forçosamente que se transformar em socialista. E ao fazê-lo recordo as passagens deste Programa do MFA em que se determina uma estratégia anti-monopolista.

Como consideramos que o capital não tem o hábito de colaborar, como sabemos que o capital pela sua própria natureza, se existe é por e para explorar o trabalho, esperamos que a via se transforme em socialista. E que seja o mais rapidamente possível, antes que a situação se degrade, dando trunfos à reacção. Este é o momento das grandes opções.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

CAMARADAS

Já há muito que eu vos estudava. Já antes de Abril seguia a par e passo as acções das Brigadas Revolucionárias e vi como a sua forma de fazer política era diferente da de outros da nossa praça. Vi que é muito mais fácil e ilusório rogar centenas de pragas num papel contra o capitalismo, imperialismo e o fascismo e dizer-se revolucionário ou os únicos revolucionários. Mas atingir de morte num ou mais pontos o capitalismo, o imperialismo e o fascismo, como o PRP-BR, é mais difícil e faz de facto avançar a luta e aproximar a Revolução Socialista.

No PRP-BR vim encontrar a resposta que não encontrei na minha praça, a resposta a duas interrogações fundamentais entre outras: a do OBJECTIVO ESTRATÉGICO da luta e a da ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES.

Seguem-se algumas considerações sobre estes dois importantes problemas que se põem aos trabalhadores.

1 - O OBJECTIVO ESTRATÉGICO. Há na nossa praça política vários objectivos estratégicos a saber: Revolução Socialista, Revolução Popular, Revolução Democrática e Nacional. E agora também o PS com a sua "Revolução Socialista"... Comprem trabalhadores, comprem que a produção do objectivo central da luta é cada vez mais diversificada como ordenam as leis implacáveis do sistema capitalista... E todos são marxistas... Todos dizem que é o económico que determina tudo no sistema capitalista, que dizem querer derrobar e implantar o socialismo.

Agora pergunto: Se o económico determina tudo; se se quer destruir o modo de produção capitalista e construir o modo de produção socialista; porque é que o económico não há-de de terminar a definição do objectivo estratégico da luta? - A Revolução Socialista.

As Revoluções definem-se em termos de classe, em termos de modo de produção principal que garanta a uma classe o domínio sobre a outra. Portanto destruir o modo de produção capitalista e construir o modo de produção socialista é a Revolução Socialista. O único objectivo estratégico materialista (marxista) da Revolução Socialista.

Pergunto outra vez: Há algum modo de produção democrático e nacional?, ou popular?, ou

democrático e popular? Não. Não existe. E por isso, não existem as revoluções com estes nomes. É que o económico determina mesmo tudo e só quem não vai às compras é que não sabe isto.

Então porque é que existem para aí partidos políticos e movimentos que apregoam estes objectivos estratégicos que não existem? Será para se ter o seu partidozinho e o seu comité centralzinho?

Camaradas leitores, respondam e interroguem-se. Não se deixem cair em ilusões mesmo que lhes apareçam pela frente os "únicos revolucionários", os "melhores filhos do povo", a "única vanguarda consciente", ou os "salvadores do proletariado".

2) A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES. É composta pelas Assembleias Gerais de Trabalhadores, pelas Comissões Políticas e Comissões de Trabalhadores de Empresa.

Importa salientar algumas razões que, a meu ver, justificam esta forma de organização dos trabalhadores pela qual o PRP-BR, parece, terá sido o Partido quase único a desenvolver esforço significativo.

a) No campo económico os meios de produção estão concentrados nas mãos de uma dezena de famílias. Assim a autogestão de combate numa empresa pode ser sabotada pelo capital a partir de outra empresa da qual aquela depende.

Neste caso a Organização Autónoma dos Trabalhadores é a garantia do exercício da solidariedade de classe.

b) No campo sindical nós, trabalhadores, defrontamos com estruturas sindicais corporativas herdadas do regime fascista.

As nossas cúpulas em geral, tomam decisões nas nossas costas. Atraíam a nossa luta. Justificam essa odiosa traição com a "relação de forças políticas actualmente existentes"... É uma maneira refinada de nos dizer: Não chateiem o capital que ele pode chatear-nos.

Organização Autónoma dos Trabalhadores, como estrutura sindical de base, é assim a garantia de que a nossa luta não será atraída e contrapõe-se à actual estrutura sindical que é de cúpula e que só serve para nos dividir.

c) No campo político há muitos partidos que se reclamam da classe operária, dos trabalhadores. Os reformistas tentam levar-nos a reboque dos seus interesses partidários. Outros, mal salta uma luta,

fazem comunicados de apoio só na mira de futuros militantes: Chamam-se a isto querer andar às cavalitas do proletariado.

Organização Autónoma dos trabalhadores é assim a garantia da nossa defesa contra as manipulações partidárias, a garantia da unidade de base na acção e permite acumular forças para a Revolução Socialista.

d) Mas a Organização Autónoma dos Trabalhadores terá que vencer resistências. Será atacada e de vários lados. Mesmo os que se dizem "salvadores do proletariado" já recusaram admitir no seu partido um trabalhador porque pertence à organização autónoma. Mas vale a pena lutar por ela. Depois da tomada do poder caberá à organização autónoma dos trabalhadores exercer a sua Democracia, ao princípio sob a forma de Ditadura sobre a burguesia. Assim não se correrá o risco da degenerescência de um partido que exerça a Ditadura do Proletariado em nome do próprio Proletariado. Os quadros do partido revolucionário não gozarão de privilégios não formando assim uma nova classe dominante: a burocracia que seria o regresso à sociedade com classes.

A Organização Autónoma dos Trabalhadores será a garantia de que a classe exercerá o poder dos trabalhadores; será a garantia de não se voltar à sociedade com classes; será a garantia do avanço contínuo para a sociedade Comunista.

Pelo que fica exposto quem se diga revolucionário deverá definir como objectivo estratégico de luta a Revolução Socialista e deverá lutar pela Organização Autónoma dos Trabalhadores.

Pela Organização Autónoma dos Trabalhadores.

Pela Ditadura do Proletariado.

Pela Sociedade sem classes

Com o PRP-BR pela Revolução Socialista.

M.I.

Recebemos de uma simpatizante de Viana do Castelo esta carta que se debruça sobre os problemas da Juventude e que passamos a transcrever:

Os jovens portugueses são uma das maiores, senão a maior vítima do sistema capitalista.

Este sistema aproveita-se de vários factores (idade pré-militar, inexperience profissional, etc.) para utilizar os jovens como a mão-de-obra mais barata para a

sobrevivência do sistema.

É também sobre os jovens que são descarregadas as medidas a que o capitalista precisa de recorrer para sobreviver; como os despedimentos, salários baixos, etc. Com efeito, quando uma firma precisa de pôr operários na rua, começa por despedir os mais jovens, que estando há menos tempo na empresa, recebem uma indemnização mais pequena. O salário mínimo de miséria, 3 300\$00, só abrange trabalhadores com mais de 21 anos, o que faz com que os menores continuem a ser roubados a bel-prazer do capitalista.

Até aqui foi a Juventude portuguesa usada e abusada como carne para canhão da guerra colonial; hoje em dia os jovens continuam a cumprir o serviço militar obrigatório, quer dizer, continua a haver trabalhadores fardados que, de armas na mão são uma força enorme a usar, ou pelo capitalismo, ou na luta contra este pelo socialismo, cabe-nos a nós, jovens operários e estudantes em vias de entrar para o serviço militar, uma mentalização que nos permita que, um dia quando de armas nas mãos tivermos de escolher um caminho, saibamos de quem somos filhos e que os trabalhadores estão em luta contra o capital, e que nós, também trabalhadores, devemos, lado a lado com todas as massas exploradas, impôr pela força o socialismo em Portugal.

Devemos, para isso, jovens trabalhadores e estudantes, organizarmo-nos autonomamente nos nossos locais de trabalho e de estudo, em núcleos que iremos alargando até nos tornarmos, em todo o país, uma forte organização com os mesmos objectivos: lutar em todos os campos contra o capital e contra os pseudo-representantes das classes exploradas.

Não devemos permitir que qualquer organização ou partido, arvorado em legítimo representante dos nossos interesses, nos queira controlar para melhor aproveitar as nossas lutas no seu próprio interesse.

Só organizados autonomamente, em cada fábrica, barco, bairro, escola, etc., seremos a única expressão da nossa vontade. Temos por obrigação compreender e ajudar os outros a compreender também que o papel da Juventude é importantíssimo no sentido de, lado a lado com os mais velhos, levarmos por diante a tarefa de concretizar a Revolução Socialista. Só a Revolução Socialista rebentará para sempre as cadeias com que o capitalismo nos prende.

PELA UNIÃO DOS JOVENS OPERÁRIOS E ESTUDANTES NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO!

PELA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS JOVENS!

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

Realizam-se na próxima semana os segundos plenários de sector, preparatórios do congresso. Reunem-se os plenários da Organização Regional do Norte, da Organização Regional de Lisboa, da Organização Regional da Margem Sul, da Organização Regional do Sul, do Sector Sindical e da Juventude.

NÚCLEOS DE SIMPATIZANTES

Com muita frequência escrevem-nos núcleos de simpatizantes que estão desligados, trabalhando autonomamente. Dado o enorme trabalho actual dos vários sectores, a ligação e controle faz-se esperar algum tempo, especialmente nas zonas mais afastadas dos centros. APELAMOS para todos esses núcleos no sentido de nos telefonarem (utilizando qualquer dos telefones das Sedes), no sentido de uma melhor comunicação. Um partido tem de ter coordenação entre todos os sectores e zonas.

O atraso na saída do "Revolução" nas duas últimas semanas deve-se a dificuldades de ordem técnica devidas ao período do Natal. Em números posteriores contamos compensar os nossos leitores e os nossos assinantes com um maior número de páginas.

A POLÍTICA REFORMISTA A PROPÓSITO DE DOIS CONGRESSOS ESCLARECEDORES: PS E MES

Este Congresso repôs o P.S. no lugar que lhe compete, ao lado dos outros partidos socialdemocratas da II Internacional.

"O Congresso do P.S. foi para mim mais do que um congresso"... Ah, Ah, mas valeu a pena. Sequemos as lágrimas de emoção e supliquemos ao coração que não bata tão o depressa, porque nos pode fazer mal..." Diz Vasco da Gama a Fernandes na República comentando o Congresso do P.S. E mais adiante, para que não nos enganemos no significado da palavra "Socialismo": "Numa tarde de esperanças o Partido Socialista era fundado nas terras acolhedoras da Alemanha (N.R.: Alemanha Ocidental, entenda-se), onde um Governo socialista, nossos camaradas, nos acolheram com exemplar fraternidade".

Bate portanto de alegria o coração de Vasco da Gama Fernandes. Valeu a pena, O P.S., atravessado por ventos de revolta, voltou às calhas. O P.S. redefiniu-se como partido social-democrata, filiado na II Internacional, apesar das declarações de esquerda nas intervenções e no programa. Mas é confrontando estas esporádicas declarações "revolucionárias" com a prática e os objectivos manifestos do P.S. que se poderá chegar a conclusões.

A "Inspiração teórica marxista" e o repúdio pelo "caminho daqueles movimentos que, dizendo-se social-democratas ou até socialistas, acabam por conservar deliberadamente ou de facto as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo", tal como consta das alterações ao programa, estão em profunda contradição com a prática do P.S.

Há ainda a dizer que a organização em que coexistem militantes como Vasco da Gama Fernandes ("Passámos a ser uma entidade política, moral e sociológica. Firmes na nossa condição de homens livres instalámos em Portugal o socialismo em liberdade"), outros tão líricos como ele ("O P.S. é hoje o partido da revolução!"), outros mais "sensatos" (condenam "uma actual estratégia de tomada do poder pelas forças de esquerda apoiada pelo MFA ou sectores dele, como conduzindo ou a uma ditadura burocrático-militar imposta aos trabalhadores sem consulta, ou à derrota e muito provavelmente primeiro a uma e depois a outra") e também aqueles que depois de vencidos dizem: "Bem podemos dizer que o Partido Socialista, que os militantes socialistas têm aqui por diante de realizar esse projecto, esses anseios que se viram expressar na unidade entre os militantes e a classe trabalhadora"; a organização que assim reúne militantes que vão desde aqueles que nem sequer admitem que se lute

por uma tomada do poder pelas esquerdas até àqueles que proclamam a revolução socialista, não é um partido. Ou seja, os militantes, simpatizantes e aderentes estão nele reunidos por razões de ordem vária, desde as mais sinceras às mais oportunistas, mas não têm nem objectivos comuns nem coesão ideológica. Apenas um núcleo central tem coerência e corresponde à própria natureza do P.S. Sobre este equívoco tinha naturalmente que nascer a divisão.

QUAIS SÃO OS OBJECTIVOS DO P.S.

Apesar do "marxismo" reclamado e da "Revolução", apontada, qual tem sido a prática do P.S.? A prática do P.S. tem sido a participação num Governo Provisório que tem gerido um país em sistema capitalista. O que tem saído desse Governo têm sido leis e disposições de gerência desta sociedade: lei anti-greve, lei dos partidos. Como saíram deste Governo as disposições que conduziram à ocupação militar da Tap, do J. do Comércio, à marcha da tropa sobre a Lisnave. Como coexistem com este Governo as disposições judiciais capazes de permitir a libertação dos capitalistas presos. Como saíram deste Governo as manobras que tornaram possível a ambiguidade da descolonização em Angola e muito particularmente os compadrios com o Governo do Zaire, agente da CIA em África. Não por cebemos portanto quando o P.S. proclama que "repudia o caminho daqueles movimentos que, dizendo-se social-democratas ou até socialistas, acabam por conservar deliberadamente ou de facto as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo". E porque entendemos que tal definição se aplica integralmente ao P.S., tomamo-la como um jogo de palavras, que, com ou sem intenção, serve para enganar militantes de base.

AS ELEIÇÕES SÃO REVOLUCIONÁRIAS?

Mas é a prática imediata ao Congresso que nos continua a dar a dimensão "revolucionária" do P.S. Um dos seus objectivos imediatos é a realização de eleições. "As eleições"... na presente conjuntura, são uma importante batalha política pela consolidação da democracia e pela criação de condições que abram perspectivas às lutas pelo socialismo" proclama o Secretário Nacional em 26-12-74, e mais adiante diz: "O P.S. fiel à sua aliança com o MFA e à confiança que nele depositam os tra-

balhadores e o Povo Português, fará tudo o que estiver ao seu alcance para garantir a continuidade do processo democrático e a realização de eleições nos prazos fixados pelo Governo Provisório e pelo MFA". E considera também que "cabe ao Povo Português decidir livremente o seu destino". Pensará o P.S. que a revolução se faz por eleições? Pensará o P.S. que algum dia o poder dos trabalhadores se instaurou por eleições? Pensará o P.S. que o Povo Português vai decidir livremente?

A haver eleições, o Povo Português (no qual o P.S. decerto inclui capitalistas, fascistas, etc, porque toda a gente vota) escolherá o partido com mais poder de propaganda no mercado do voto. São os partidos com possibilidade financeira de larga propaganda, de numerosas sedes, de numerosos funcionários, que penetrarão nos meios despolitizados. As cotas de qualquer partido com dezenas de milhares de militantes não chegarão para pagar um programa de rádio semanal... São portanto os partidos ligados ao capital, como o CDS e o PPD, e os partidos reformistas (com disponibilidades financeiras por outros motivos), como o P.C. e o P.S., que penetrarão nos meios despolitizados. É tão importante como isso será pensar que os partidos da coligação dispõem todos os dias da propaganda conferida pela sua própria presença no Governo. Todos os dias entram em casa de milhões de pessoas, através da televisão; todos os dias ocupam as páginas dos jornais.

Não nos venham portanto enganar com a "decisão livre" do "Povo Português"! Há partidos, como o PPD que nem sempre existiram; este partido formou-se para participar no Governo e por aí estar já tem milhares de aderentes.

É esta a revolução do P.S.? É esta a "linha de massas, revolucionária e responsável"?

Sejam quais forem as palavras que a situação de crise obriga a pronunciarem Portugal; a natureza do P.S. é a de Partido da II Internacional, que está a par dos partidos social-democratas que estão no poder na Europa Ocidental e do partido Trabalhista da Sra. Golda Meyer de Israel.

OS CONVIDADOS

Os convidados, aliás, denunciaram este carácter. De sair entrar a presença dum representante do P.T. de Israel e, aí é escandaloso, do senhor Nguzi Karl-i-Bond, director do Gabinete Político do Movimento Popular da Revolução, Partido Governamental do Zaire,

chefiando uma delegação de 4 membros. Este convite denuncia as manobras havidas com o Governo do Zaire, ponta de lança do imperialismo em África, inimigo implacável da luta do MPLA em Angola, agente da CIA no seio do actual processo de Angola.

São coerentes com este convite aos representantes de Mobutu, os convites feitos a militares portugueses. O grupo spinolista aí estava: Monge, Hugo, Bruno. Que significa isto? Qual é o jogo? A que e os "revolucionários" do P.S., de punho erguido, estão a dar aval, consciente ou inconscientemente?

O CONGRESSO DO MES

O MES fez um Congresso à porta fechada, abrindo-a para uma espécie de comício, durante o qual os jornalistas ouviram intervenções de dirigentes e delegados. Nelas apareceu um repertório de ideias de esquerda, que os jornais publicaram em série. O que é o MES, o que discutiu o MES, ninguém soube, ninguém viu.

A sua definição política é um voto de boas intenções como é capaz de escrever qualquer intelectual "ao serviço" da classe operária, como é capaz de escrever qualquer burguês arrependido, disposto a martirizar-se para se resgatar do pecado de ter nascido na burguesia.

Mas a prática é que conta.

O MES luta "pela existência do partido revolucionário", o MES é uma "organização marxista que luta pela construção do socialismo em Portugal", o MES luta pela "construção da sociedade sem classes". Só é estranho que com todos estes objectivos, o MES só exista depois do 25 de Abril e que antes desta data os seus militantes não tenham tido o impulso de ir mais além na organização, dispensando-se antes em actividades semi-legais. Ou entendiam que na clandestinidade (antes do 25 de Abril) a forma "revolucionária" e "marxista" de organização era esse tipo de actividade?

O 25 de Abril criou condições para o nascimento do MES. Partido da legalidade, é na legalidade que a sua prática se desenvolve. Filho bem comportado do 25 de Abril, qual é o papel do MES?

A OPOSIÇÃO DE SUA

MAGESTADE

Todo o Governo democrático precisa duma oposição. Como Lenine dizia "a Oposição de sua Magestade"; sua Magestade tem Ministros, tem lacaios e tem... uma Oposição. O MES cumpre esse papel. É a Oposição bem com-

portada, "equilibrada", ajuizada. São aqueles rapazes certinhos que podem andar pelas franjas do poder, nas secretarias dos Ministérios, mas que, como não estão na coligação, nem cobriam votos para si, até podem ser "pela ditadura do proletariado".

OS CONVIDADOS

Insera-se nesta posição o convite ao Partido Comunista como convidado de honra. O MES, tão duro, tão anti-reformista, tão pela ditadura do proletariado, faz um convite privilegiado ao P.C. e declara numa das intervenções, que este partido não é reformista porque está implantado nas massas. Recomendamos ao MES a aliança com as Testemunhas de Jeová, que fizeram um comício com 45.000 pessoas e pensamos desde já que se devem solidarizar com o Partido Trabalhista Inglês, partido onde estão inscrito a maioria dos operários ingleses.

O AFASTAMENTO DAS

PERSONALIDADES

Não aparecem no elenco do MES as chamadas personalidades fundadoras do Movimento. Viragem à esquerda? Ou golpe para afastar impecilhos de possíveis alianças? O afastamento das personalidades, apoiado nas bases, pode ser um gesto de esquerda para alianças à direita. Porque as personalidades são capazes de ser independentes e resistir às alianças. E assim se reúne a vantagem da satisfação das bases com o aumento do grau de manobra da cúpula. É bem pensado e conseguiu enganar o público e as bases; só no ao engana o processo revolucionário, porque este não é um jogo.

Os Congressos dos partidos não podem deixar de ser olhados à luz das dependências financeiras. Um partido, com sedes, funcionários, propaganda, jornal, gasta milhares de contos. O PRP-BR, que chegou ao 25 de Abril com muito dinheiro conseguiu do revolucionariamente por assaltos a bancos, conhecidos (alguns) e amenizados agora, sabe, apesar disso, a política financeira de austeridade que tem de fazer, impedindo-se de ter mais sedes, mais funcionários. E as cotas dum partido, mesmo muito grande, são uma parcela ínfima no orçamento.

Há portanto um mistério: donde vem o dinheiro para os partidos? Ou não há mistério nenhum.

E as dependências financeiras traduzem-se sempre em dependências ideológicas. É para isso que servem.

CTT LISTA B ENTREVISTA CTT

A eleição em 11 de Janeiro para o Secretariado Nacional do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (STCT) é um acontecimento muito importante não só para mais de 30.000 trabalhadores dos CTT, como para todos os trabalhadores portugueses. É isto pelo carácter especial que tem este sindicato: trata-se dum sindicato nacional cujos trabalhadores contactam com um sector do país (as comunicações), vivamos.

Conversando com dois trabalhadores da lista B, designamos-los por T.1 e T. 2.

LISTA B: COMO APARECE E QUEM A COMPÕE

Rev. Para iniciarmos, gostava que falassem sobre o modo como aparece a lista B, e qual a relação que tem com a Comissão Pró-Sindicato (CPS).

T. 1 - Portanto, existia a CPS, e determinados elementos acharam que deviam continuar o trabalho que vinham realizando, e formar uma lista para ir às eleições; é assim que, neste momento, encontramos nos 20 elementos da lista B, 7 que são da CPS. Já a lista A não tem nenhum elemento da CPS.

Rev. Que composição social, isto é, que grupos ou sectores dos CTT é que predominam na lista B?

T. 2 - Ainda que esteja estatuído que os membros que vão compor o Secretariado Nacional (SN) não têm como missão defender os interesses dos seus próprios grupos, mas sim os interesses de todos os trabalhadores, houve a preocupação de fazer representar no SN os grupos maioritários, os grupos base da empresa. E é assim que aparecem 6 elementos do grupo 41 e 5 elementos do grupo 53-54, os quais são os grupos mais numerosos na empresa.

Rev. Já agora o que são os grupos 41 e 53-54?

T. 2 - O 41 são os trabalhadores da empresa que se encontram em contacto com o público - são os chamados técnicos de exploração (estações de correio, "Guichets", encomendas, central telegráfica, e alguns com funções administrativa s).

O grupo 53-54 são os carteiros: o 53 são os carteiros centrais (Porto e Lisboa) e os carteiros da província formam o grupo 54.

T. 1 - Além de haver uma representação por grupos, procurou-se que houvesse também uma representação por todo o país (ex.:Peso de Régua, Cuba, Porto, Braga, Évora, Faro, Setúbal e Lisboa).

Além dos grupos já referidos temos também operários os, electroléctricos, um engenheiro e um técnico off-set.

T. 2 - A excepção de três componentes da lista que estão em grupos que, vá lá, pode-se dizer hierarquia média da empresa, o resto é tudo grupos base.

Ainda em relação aos elementos da lista B que não são da CPS, houve da nossa parte a preocupação de escolher pessoas que sejam delegados sindicais, que se tenham distinguido na luta.

OS ORGÃOS DO SINDICATO

Rev. Pela própria leitura do programa, vê-se que vocês pensam que não deve ser o Secretariado a mandar e a decidir o que quer que seja em nome dos trabalhadores (estes obedecerem). De resto parece-me significativo que não empreguem o termo direcção.

Gostava que falassem sobre as tarefas do Secretariado.

T. 2 - O Secretariado, quanto a nós, nem sequer é o órgão mais importante do sindicato; ele deve ter uma função coordenadora daquilo que os trabalhadores desejarem.

Rev. Quais são então os órgãos mais importantes?

T. 2 - São as Secções Regionais (uma em cada distrito do país) e as Comissões Técnicas de Profissionais de Estudo.

São as Secções Regionais que, através dos delegados locais, colhem toda a informação, os problemas que existem nos locais de trabalho, questões individuais até; são, pois, elas quem centralizam todo este tipo de informação s. São elas quem têm a preocupação de descer aos locais de trabalho onde, de resto, já existem delegados sindicais em muitos casos.

Rev. Portanto há toda uma organização a partir da base...

T. 2 - ... da base.

Rev. ... dos locais de trabalho.

T. 1 - E esta acção das Secções Regionais, para ser devidamente fundamentada, toda a sua importância vem-lhe das reuniões que deve promover nos locais de trabalho, para daqui virem as directivas pelas quais o Sindicato se deve nortear.

T. 2 - Em relação às Comissões Técnicas dos Profissionais de Estudo, eles aparecem a partir dos 40 grupos profissionais que existem na empresa.

Temos já experiência que esta divisão dos trabalhadores por todos estes grupos não nos é vantajosa; há por outro lado, ainda muita gente que vive arreada aos problemas do seu grupo - não têm uma visão global do problema. Portanto, para elaborar o 1.º ACT e não só, os grupos designarão dentro deles 3 a 5 pessoas que recolham todas as reivindicações desse grupo e as centralizem no

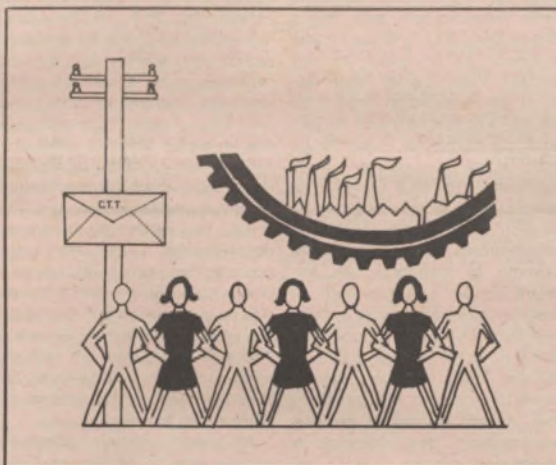
Secretariado. Tudo isto, como vê, é feito a partir da base.

O Secretariado não tem mais do que estabelecer uma plataforma de equilíbrio, coordenar e harmonizar as reivindicações. Compete-lhe também dinamizar e incentivar todo o trabalho.

SINDICALISMO, ESCOLHA POLÍTICA E PARTIDARIA

Rev. Como é que vocês encaram a participação de militantes de organizações partidárias no Secretariado?

T. 1 - Está estatuído (nos estatutos elaborados pela CPS e aprovados pelos trabalhadores) que as pessoas que tenham funções dirigentes em organismos políticos não podem fazer parte do Secretariado.



Por outro lado nós achamos que as pessoas têm toda a liberdade de se definirem politicamente e de se filiarem no Parti do que considerem melhor defender os interesses das classes trabalhadoras, como trabalhadores que todos nós somos. Portanto, desde que se não faça confusão entre o trabalho político e o sindical, de modo que o Secretariado não seja mais um apêndice de uma organização política, nós achamos que as pessoas têm toda a liberdade que em se filiarem.

Voltando ao estatuto, nós fomos acusados por uma Comissão pró-unidade do Porto, e pela base socio-profissional dos CTT da CDE, de termos feito estatutos demasiado complexos e politizados...

T. 2 - Esta preocupação de existir foi no sentido de evitar que dirigentes de organismos partidários fossem absorvidos em tempo por esse trabalho e descurassem, logicamente, o trabalho sindical.

Rev. De resto, vocês acham vantagem em que existam no

mesmo Secretariado trabalhadores com tendências e ideologias políticas diversas...

T. 2 - Exactamente.

T. 1 - Mas isto liga-se com uma outra questão que não pode deixar-se ficar em suspenso, porque se pode ficar a pensar na questão da neutralidade política dos sindicatos...

Os sindicatos, politicamente, não podem ser neutros; têm que se definir: ou do lado das classes trabalhadoras ou então praticam uma política de conciliação de classes.

Portanto, a partir do momento em que defendemos os interesses das classes trabalhadoras estamos já a ter uma determinada política. Pode até acontecer, como tem acontecido na história do sindicalismo (não é este o caso) que os sindicatos sigam uma política que é defendida por determinado Partido.

CONCEPÇÃO DE SINDICATO

Rev. Outra questão: qual é a vossa concepção de sindicato? Pergunto isto porque, embora não seja o caso dos trabalhadores dos CTT, já que antes do 25 de Abril vocês não tinham nenhum sindicato, existem imensas empresas cujos trabalhadores estão dispersos por muitos sindicatos. Claro que isto é uma arma que serve para dividir os trabalhadores, pois, deste modo, trabalhadores que estão ao lado uns dos outros no mesmo local de trabalho, estão dependentes de sindicato diferentes e respectivas direcções...

Qual é, pois, a vossa concepção de sindicato? O que pensam dos sindicatos que o fascismo criou?

T. 1 - O fascismo e não só. Temos é que ver a origem dos sindicatos. Portanto, em 1800 e tal, temos ainda muitas pequenas indústrias artesanais, isto é, oficinas de 5 a 6 empregados. Começam então a

surgir os sindicatos, e as pessoas têm todas a mesma profissão.

Com a evolução do capitalismo começam já a aparecer as fábricas, onde já há uma série de profissões. Acontece que, por determinados motivos, os sindicatos não evoluem da mesma maneira, o que virá a ser aproveitado no início deste século pelo fascismo, pondo os trabalhadores em sindicatos para melhor os dividir.

Nós, neste momento, le até é por isso que queremos um sindicato (único) defensores um sindicato por ramo de actividade económica; por isto pensamos juntar-nos com os trabalhadores dos TLP e da Marconi (que são actividades afins à nossa) e construir, portanto, um sindicato único que englobe uma série de profissões.

T. 2 - Nós não pensamos nos TLP e na Marconi. Pensamos também, no sindicato das Telecomunicações e Rádiodifusão.

T. 1 - Mas esse engloba a Marconi.

T. 2 - A Marconi e não só. Também lá estão os indivíduos da Rádio e da Televisão. E pensamos também nas transmissões T. 1 - Partimos, portanto, dum sindicato vertical, dentro da empresa, para formar um sindicato por ramo de actividade económica. Opomos os sindicatos verticais aos horizontais, onde havia uma estratificação.

Entretanto existe nos CTT um movimento divisionista - a SINTEL (sindicato das telecomunicações) - que pretende formar um sindicato para o ramo das pessoas que trabalham só nas telecomunicações (nos CTT são 7 ou 8.000).

A CPS já teve contactos com a direcção desse SINTEL, mas nós achamos que é através de uma propaganda na base, junto dos trabalhadores das telecomunicações que se consegue uma unificação efectiva de todos os trabalhadores dos CTT.

T. 2 - Quer dizer, o fascismo dividia os trabalhadores por sindicatos, e neste momento estes indivíduos estão a fazer o mesmo jogo...

De resto, quem constitui a cúpula do SINTEL são 3 ou 4 engenheiros e um electrotécnico. Há ali um certo elitismo. A antiga administração fascista criou certas situações de privilégio dentro do sector das telecomunicações, situações que ainda hoje contribuem para dividir os trabalhadores e são a base de existência desse movimento divisionista.

A QUESTÃO DO SANEAMENTO

T. 2 - Como sABes, em todas as empresas existiam elementos infiltrados.

T. 1 - Aqui, concretamente, temos 200 processos de

SOBRE O PLANO ECONÓMICO-SOCIAL DE TRANSIÇÃO (PEST)

saneamento, estando 20 pessoas suspensas e o Jaime dos Reis Chagas, que trabalhava junto com a administração, está preso em Caxias. Contudo, os 20 suspensos, de acordo com a lei que ainda continua em vigor, continuam a receber o vencimento por inteiro e alguns ainda gratificações!

T. 2) No entanto, nós sabemos, temos conhecimento que existem, têm de existir numa empresa com mais de 30.000 trabalhadores, muito maior número de elementos comprometidos com organizações fascistas.

Não tivemos ainda maneira de saber onde estão. Isso compete aos trabalhadores em cada local de trabalho; deverão ser os trabalhadores a alertar para essa situação. No entanto, há o medo, o receio... Mas, para além das questões meramente políticas, também os chefes prepotentes e corruptos têm que ser saneados.

É o caso dos chefes das circunscrições postais (CCP); em cada capital de provincia existe uma e, é claro, que pela sua importância eram na maioria dos casos preenchidos por pessoas de inteira confiança do regime.

Rev. E mantêm-se todos?

T. 2 - Todos! Só dois foram suspensos: o da Madeira e o do Porto, este, o Jorge Ferraz, por estar implicado nos cortes de comunicações telefónicas no 25 de Abril. De resto todos eles se mantêm, embora ainda haja um processo de saneamento na CCT de Coimbra e, creio, que em Faro. Estes lugares chave da empresa continuam pois nas mãos de indivíduos que eram da inteira confiança do anterior regime.

No entanto, neste momento, não temos ainda bases concretas que nos levem a organizar processos de saneamento. Já alertámos mais que uma vez o Conselho de Gerência, e agora o Conselho de Administração, que têm consciência disso e ainda não fizeram nada, nada mesmo. Apesar do prazo que deram (até ao 15 de Novembro) para recolha de dados para o saneamento já ter expiado, nós continuamos alerta.

Rev. Fixar uma data para o saneamento, significa que quem for descoberto depois dela...

T. 2 - ... Fica impune! Mas nós continuamos alerta até porque foram os trabalhadores, a partir da base que deram origem aos 200 processos. De resto é nos locais de trabalho que nós centramos todos os assuntos relacionados com o sindicato; é nos locais de trabalho que começa a nossa estrutura sindical. Por isso, logo à partida, desde Maio, afirmamos a necessidade de se criarem delegados. Surgiram também grupos de trabalho para colaborar em secções culturais, cinemas etc.; semanalmente, mais tarde quinzenalmente, fazíamos, enquanto CPS, reuniões de delegados a nível nacional, além de outras reuniões em diversos locais de trabalho; corremos a provincia toda e fomos aos Açores.

Nós nunca fomos indivíduos que permanecessemos aqui, sentados à secretária.

Nas últimas semanas muitas referências têm sido feitas à elaboração e discussão deste "Plano de Transição", destinado a ser posto em prática rapidamente pelo Governo.

Pouca informação sobre o assunto transparece a público e aquilo que nos dizem os jornais parece insuficiente para nos pronunciarmos seriamente sobre um "Plano", que poderá vir a afectar as condições de vida de todos nós. Tem sido tão demorada a sua elaboração, tão rodeada de mistérios, criada tanta expectativa à sua volta que oxalá a montanha não vá parir um rato.

Discutem-no o Conselho de Ministros, o Conselho dos Vinte e diz-se que também vai ser discutido pelo Plenário do MFA.

Vasco Vieira de Almeida conhecido e dinâmico representante do capitalismo "moderno", foi recebido por Melo Antunes, o principal responsável pela elaboração do "Plano". Certamente que os trabalhadores portugueses muito teriam a dizer sobre este "Plano". Serão estes através das suas comissões eleitas, também consultados?

Fala-se de um "Plano de Transi-

ção". Transição entre quê? Entre capitalismo autoritário e capitalismo "moderno", à europeia? ou, entre capitalismo e socialismo?

Chama-se Plano. Que nós sabemos, em sociedade capitalista não pode haver Plano; quando muito, pode falar-se em programação e em técnicas de programação. Só em sociedade socialista, onde há uma integração planificada de todos os sectores da economia é que se pode falar em Plano.

Quererá tudo isto dizer que os actuais detentores do poder político compreenderam bem qual é a única alternativa que resta às forças progressistas, que estão dispostos a pôr em prática uma politica ao serviço das classes trabalhadoras e que vamos, então, assistir e participar da nacionalização dos grandes meios de produção, das indústrias de base, da banca, dos latifúndios, do comércio externo? Efectivamente, meias medidas, remendos, não são solução para o caso português.

No momento actual a única alternativa das forças progressistas em Portugal é a que passa pela nacionalização dos grandes meios de produção e pelo controlo do poder económico e político pelos tra-

balhadores.

Da análise da actual situação política em Portugal conclui-se facilmente que as forças revolucionárias não vão depositar no papel fiscalizador do MFA ou nas boas intenções governamentais o garante do carácter progressista do "Plano" pois isso seria desconhecer as leis económicas do capitalismo, seria fazer um tratamento não científico da realidade.

Prender-se, por exemplo, que os trabalhadores trabalhem duramente e façam sacrificios é utopia, quando estes não sentem estar a trabalhar para si próprios; tanto mais se se dão garantias aos capitalistas de que continuarão a ter boas taxas de lucro. Por outro lado, não poderá continuar por muito tempo o actual desfazamento entre o poder económico e o poder político. E um "Plano" teria que contemplar esta situação.

Qualquer análise que se faça da realidade portuguesa tem que focar a estrutura económica do País e a sua situação dentro do Imperialismo tirando daí as necessárias lições.

O "Plano" terá que ver que ver

qual é o papel que o país desempenha no contexto do imperialismo e quais são os grandes problemas estratégicos. Por exemplo, se se reduz a análise da crise do capitalismo mundial aos problemas do petróleo é não ver as questões fundamentais que se relacionam com a divisão do mundo. Mais, colocar com ênfase o problema da dependência comercial sem referir a dependência financeira e tecnológica é escamotear problemas de fundo.

Um aspecto fundamental: não será exequível em Portugal um "Plano" que se baseie num "desenvolvimento" do sistema capitalista mesmo que se diga "socializante". Além do mais, isso implicaria a existência de um Estado com um aparelho técnico-administrativo moderno, quando o actual aparelho é simplesmente artesanal.

Consideramos que qualquer Plano para ser eficaz terá que ter estes pontos mínimos:

1 - Socialização dos latifúndios e estabelecimento de cooperativas nas zonas de pequena propriedade.

(Continua pág. 6)

SETENAVE: COMUNICADO DA CÉLULA DO P. R. P.-B. R.

A célula do P.R.P.-B.R. da SETENAVE em face da actual reestruturação salarial pensa que é do seu dever alertar os camaradas para as manobras que o capital usa para se tentar salvar, e mais uma vez o P.R.P.-B.R. aponta a única direcção possível, a REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

1 - Na proposta inicial de reestruturação salarial são estabelecidas diferenças de escalões que vão desde 300\$ até 2000\$. Isto permitirá que entre os escalões 1 e 11 haja uma diferença de 3000\$; entre os escalões 12 e 22, a diferença seja de 5500\$; e que entre os escalões 23 e 34 essa diferença seja de 16000\$. Como um operário não poderá ultrapassar o escalão 11, desde o início da sua carreira ele não poderá ter como acréscimo de vencimento, por promoção, mais de 3000\$. Outros trabalhadores, no mesmo tempo, têm um acréscimo de 16000\$00.

2 - Depois de lançar esta proposta, que pretende servir uma minoria já privilegiada, e manter a situação de desfavor da classe operária, vem agora apresentar-nos uma 2.ª proposta.

3 - Nesta 2.ª proposta, para além das perigosas manobras que contém, declara-se que as diferenças são "inevitáveis". Perguntamos nós, são inevitáveis porquê? E respondemos: porque nós ainda não destruímos a sociedade capitalista. SÓ NUMA SOCIEDADE SOCIALISTA, E COM OS OPERÁRIOS NO PODER, É QUE AS DIFERENÇAS SERÃO CADA VEZ MENORES E SE ATRIBUIRA AO TRABALHO DOS OPERÁRIOS O SEU JUSTO VALOR.

4 - Vem agora a administração, com esta 2.ª proposta, tentar calar a boca aos operários, reduzindo as diferenças nalguns escalões mais elevados. E que, desse modo, a administração tenta conseguir: - Pôr esses trabalhadores contra os restantes e desculpando-se que o fez pressionado através das críticas.

- Continua a manter a MISÉRIA DE 300\$ DE DIFERENÇA ENTRE CADA ESCALÃO MAIS BAIXO.

- Continua a manter um número exagerado de escalões para a classe operária.

CAMARADA, NÃO NOS DEIXEMOS ENGANAR! A NOSSA LUTA É CONTRA O CAPITAL. O capitalismo não serve, temos de

destruí-lo! Para o destruímos temos que lutar constantemente na nossa empresa contra os patrões, temos que nos juntar com os trabalhadores da LISNAVE contra esses mesmos patrões, temos que nos juntar com todos os trabalhadores de todas as empresas do grupo CUF contra os MELOS; temos que nos juntar com todos os trabalhadores portugueses contra os MELOS, os CHAMPALLIMAUDS, os JORGE DE BRITO, os QUINAS, etc.

Temos que coordenar as nossas lutas com as de todos os trabalhadores, temos que coordenar as nossas organizações de modo a combatermos o capitalismo, de modo a destruímos o patronato.

5 - Avancemos, PARA JÁ, com reivindicações justas:

- um escalão mínimo de 7 100\$, independentemente da idade. (Porque há-de um trabalhador ser ainda mais explorado que os outros, pelo facto de não ter atingido os 21 anos?)

- reduzir os escalões no princípio de tabela. (Acabemos as 3.ª, as 2.ª e 1.ª categorias, pois elas não são mais do que uma contínua exploração dos trabalhadores, uma forma de os dividir, e de lhes pagar menos pelo trabalho igual ao de outros, de os pôr a lutar uns contra os outros).

Para além destas reivindicações, avancemos com a nossa ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA. Exijamos frequentes Assembleias Gerais de Trabalhadores onde à classe operária discuta os problemas que de facto lhe interessam, onde a classe defina como há-de combater o capital, o seu grande inimigo!

Lutemos pela UNIDADE REVOLUCIONÁRIA DA CLASSE OPERÁRIA que lhe permita uma verdadeira VITÓRIA SOBRE O CAPITAL, A CONQUISTA DO PODER ECONÓMICO, A CONQUISTA DO PODER POLÍTICO.

UMA SÓ SOLUÇÃO: REVOLUÇÃO SOCIALISTA. AVANTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, MORTE AO CAPITALISMO.

O PODER A CLASSE OPERÁRIA PELA DITADURA DO PROLETARIADO

Setúbal, 19 de Dezembro de 1974

Célula da SETENAVE do P.R.P.-B.R.

NUTRIPOL

SOBRE O PLANO ECONÓMICO-SOCIAL DE TRANSIÇÃO (PEST)

Continua pág. 5

Há cerca de dois meses que os trabalhadores da Nutripol-Sociedade Portuguesa de Supermercados, estão em luta. A degradação das condições económicas da empresa, que já se fazia notar antes do 25 de Abril, conduziu os trabalhadores a um processo de luta que visa fundamentalmente garantir o pagamento dos salários e o direito ao trabalho.

As condições em que este processo se tem desenrolado devem ser analisadas tendo em conta a situação periférica da empresa no contexto capitalista, pois esta encontra-se dependente dos sectores de produção e distribuição (grandes armazenistas).

Sobre o desenrolar deste processo de luta ouvimos alguns elementos da Comissão Interna, Comissão de Trabalhadores da Nutripol.

Revolução — qual era a situação económica da empresa antes do 25 de Abril?

Resp. — Foi sempre bastante fraca. A organização nunca foi perfeita, mas as coisas iam mais ou menos. A mercadorria ia aparecendo, umas vezes em maior, outras em menor quantidade e nós lá íamos trabalhando.

A partir do 25 de Abril a situação piorou, não sei porque, mas não deve haver muitas dúvidas que foi precisamente o 25 de Abril que provocou essa mudança. Ora o 25 de Abril veio fazer com que os bancos não funcionassem da mesma maneira, com que o capital financeiro (dos bancos) não procedesse da mesma maneira perante a administração da Nutripol. Portanto a partir daí passou a haver falta de dinheiro e os credores passaram a não entregar as mercadorias e as coisas foram piorando ao longo dos meses.

Até Outubro, nós, com pouco trabalho, cada vez menos, continuávamos a receber. Acontece que em Outubro só pagaram metade e aí ficámos alarmados, pois só com metade do ordenado era impossível viver.

Revolução — Qual foi a resposta dos trabalhadores nessa altura?

Resp. — A nossa posição como trabalhadores (desde Maio, altura em que se realizou a primeira assembleia de trabalhadores interessados).

Decidimos então, em plenário, tomar, entre outras, as seguintes medidas: não efectuar os depósitos bancários com as receitas provenientes das caixas das lojas; que esse dinheiro ficasse retido nos cofres das respectivas lojas; montar piquetes de vigilância junto de todos os sectores da empresa, escritórios, armazéns e lojas.

Mais tarde e porque as receitas já atingiam o nível necessário para efectuar o pagamento dos salários na sua totalidade, estes foram retirados dos cofres das lojas.

A ADMINISTRAÇÃO PREPARA A FALÊNCIA

A seguir a Outubro a administração passou a satisfazer os ordenados na sua totalidade e nós entregamos novamente as rédeas aos administradores.

Começaram a mandar novamente, mas deixaram de fornecer mercadorias. Isto é muito importante. Até aí a administração foi informando os trabalhadores dos seus contactos com o Ministério do Trabalho, os credores e o Banco do Fomento. A partir desta altura a Comissão Interna deixou de saber o que se passava e qual era a posição da administração.

Constava que os credores estavam dispostos a tomar conta da empresa por meio de acções, com o apoio do Banco do Fomento, mas não se sabia nada de concreto. Também se dizia que enquanto o Banco do Fomento não estivesse de acordo isso seria impossível.

No dia 10 de Dezembro a Comissão Interna resolveu ir ter com a administração para saber se o pagamento do ordenado de Dezembro e o 13.º mês estavam garantidos. Como eles não garantiram nada (até disseram: "se o Estado não puzer cá dinheiro, vocês não recebem nem 12.º, nem 13.º mês e isto vai para a falência") resolvemos então guardar novamente os fundos, como tinha acontecido em princípios de Novembro.

Neste momento a gestão é feita por nós, provisoriamente, atendendo a que não temos mercadorias para vender, pois nós de modo nenhum podíamos pensar em 12.º ou 13.º mês só com a mercadoria que tínhamos cá. Tínhamos que comprar alguma coisa para poder tirar um maior volume de vendas.

Revolução — E como reagiu a administração a esta tomada de posição por parte dos trabalhadores?

Resp. — Depois disto saiu um anúncio no Diário de Notícias onde se convocavam os administradores e os accionistas da empresa para uma reunião no hotel Altis (não têm di dinheiro para a malta, mas para o hotel já têm) onde se discutirá a má situação da empresa, a má administração por parte dos administradores "por impedimento dos trabalhadores" e a hipótese de decretar falência. Isto dá-nos a impressão de que eles querem convencer o público que a empresa chegou a esta situação porque os

trabalhadores, a partir do dia 11 deste mês tinham tomado conta das compras e do dinheiro das vendas. Assim não se compreende porque é que eles nos disseram anteriormente que se o Estado não pusesse cá dinheiro não garantiriam o pagamento do 12.º nem do 13.º mês. Também devia ser "por impedimento dos trabalhadores"...

OS TRABALHADORES REAGEM

Revolução — Face a isto, que medidas irão tomar os trabalhadores?

Resp. — Na assembleia de trabalhadores de domingo, dia 22, foi analisada a nova situação criada em face da ameaça de falência que pesa sobre a empresa e dos despedimentos que nesse caso se iriam seguir.

A parte mais importante da reunião foi a aprovação de uma proposta a apresentar ao Ministério do Trabalho e a outros membros do Governo, na qual se pedia uma tomada de posição favorável aos trabalhadores, arranjando uma sindicância ou aplicando o decreto que fala na possibilidade de intervenção do Estado nas empresas; que fosse feito um inquérito e um inventário à existência da empresa; que o passivo desta ficasse à responsabilidade da actual administração.

Sobre a questão dos ordenados, ficou assente que "aguentáramos" sem dinheiro até ao fim do mês e só então iríamos verificar se o dinheiro em caixa chegava para o pagamento dos ordenados na sua totalidade. Se não chegar, começemos a pagar primeiro pelos salários mais baixos e em partes iguais para cada um de nós. Só depois nos preocuparemos com os salários mais elevados.

2 — Nacionalização das indústrias de base e de indústrias sob dependência do imperialismo.

3 — Nacionalização dos estabelecimentos de crédito.

4 — Nacionalização do comércio externo.

5 — Impedir a importação de bens supérfluos.

6 — Estabelecimento de uma política social em relação à saúde, habitação e escolas que pressuponha a não existência de interesses privados.

7 — Profunda alteração das relações políticas, pondo organismos representativos dos trabalhadores à cabeça da gestão das unidades de produção tanto indústrias como agrícolas e à cabeça da administração pública.

transcrevermos três parágrafos de uma convocatória para uma Assembleia Geral de trabalhadores da TOYOTA de Vila Nova de Gaia:

"Os problemas dos trabalhadores são resolvidos apenas pelos próprios trabalhadores".

"As soluções que a Comissão tem de apresentar advêm das decisões dos trabalhadores em Assembleia".

"Os benefícios e o reconhecimento dos direitos do trabalhador não aparecem ao acaso, nem sequer pelo máximo esforço dum Comissão, são superiores exigidos pelos próprios trabalhadores".

Efectivamente, é necessário instituir por todo o país Comissões de Trabalhadores compostas por trabalhadores que mereçam a confiança dos seus camaradas de trabalho; fazer com que as Comissões respeitem as decisões das Assembleias de Trabalhadores, órgão supremo da democracia proletária; eliminar a qualquer momento todo o membro da Comissão que deixe de merecer a confiança anteriormente nele depositada. Eis, pois, os passos a consolidar, as conquistas que é necessário alargar a todo o país.

Mas é necessário ir mais longe.

É necessário que os trabalhadores obriguem ao reconhecimento oficial das respectivas Comissões como únicos órgãos representativos da classe. E preciso que tais Comissões ocupem o lugar de sindicatos espartilhosos profissionais e "eleitos" burocraticamente, isto é, de cima para baixo. É preciso promover encontros entre Comissões de empresas do mesmo ramo, da mesma região, do mesmo grupo económico.

Em frente pela democracia proletária.

Em frente pelo poder paralelo da classe.

EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

Composição e Imprensa — Mónica & C.ª — Distrib. — Internacional

Revolução

TOYOTA

Passados oito meses sobre o 25 de Abril, eis que o descontentamento dos trabalhadores se acentua, o que é fácil de admitir atendendo:

— A magreza dos salários (o poder de compra é já hoje inferior em cerca de 30% ao de Janeiro de 74).

— Ao facto de um número de desempregados subir em flecha.

— A incapacidade de inúmeras empresas de satisfazerem o pagamento do 13.º mês.

— A inevitabilidade dessas empresas abrirem falência ao lançarem no desemprego milhares e milhares de trabalhadores.

— A impossibilidade de o trabalhador desempregado conseguir recolocação.

— As carências (inerentes à sua natureza capitalista) da assistência médica e social, maternidade, transportes, habitação, ensino, etc.

Um descontentamento, afinal, que acaba por ser político, por serem evidentes as responsabilidades do poder político e por ser claro para os trabalhadores que a solução tem de ser global, logo política.

O falhanço daqueles que, nos Governos Provisórios e fora deles, acreditaram e quiseram fazer acreditar no impossível — "a consolidação da democracia" (burguesia) — coloca-nos hoje num verdadeiro e último impasse para o que só duas saídas são possíveis: ou o retorno ao 24 de Abril (necessariamente banhado em sangue) ou to-

da uma série de medidas no campo político (basta de PêPêDês no Governo e de política externa da maniazinha), económico (proceder a vastíssimas nacionalizações sem indemnizações), social (tudo quanto são direitos dos trabalhadores é devido... aos trabalhadores) e administrativo (chega de colarinhos brancos nas autarquias locais).

O importante, no entanto, é que a ultrapassagem do impasse por uma via de esquerda é perfeitamente possível e está nas mãos dos trabalhadores fazê-lo ou não.

Como até aqui desde o 25 de Abril, são os trabalhadores e só eles, quem, através de uma forte movimentação com claras e inequívocas tomadas de posição

(ocupação de empresas, exigência de nacionalização das mesmas, gestão dessas empresas a cargo dos próprios trabalhadores, etc.) podem e devem forçar a que, definitivamente, o país entre na rota irreversível da socialização.

Não o fazer, recuar ou mesmo não avançar é, neste momento que pode ser histórico, proceder a uma autêntica demissão de classe. E é também altura de os partidos políticos, de uma vez por todas, mostrarem de que lado estão, o que são e o que pretendem.

E como os meios não são independentes dos fins é de extrema importância dar hoje a devida continuidade às vitórias alcançadas pelos trabalhadores em matéria de Organização Autónoma. Por isso

OS ESTUDANTES E A LUTA DE CLASSES

Não são poucas as organizações de natureza partidária que dedicam grande parte da sua prosa doutrinária às questões estudantis e destacam (ou são constituídas por) sectores mais ou menos importantes dos seus militantes e simpatizantes nas lutas desse tipo, constituindo muitas vezes órgãos especializados.

Não é nem será o caso do PRP-BR. Por várias razões: uma delas decorre da nossa própria concepção de partido e da nossa prática enquanto partido; outra não é necessário explicitá-la, se admitirmos que não é por acaso que damos pelo nome de Partido Revolucionário do Proletariado

SITUAÇÃO "OBJECTIVA" E "SUBJECTIVA"

De facto, e não nos alongando demasiado no assunto, podemos dizer que o sistema capitalista não é apenas caracterizado pela exploração a que sujeita a maior parte dos membros da sociedade; simultânea e necessariamente ele é um sistema de opressão (1). Ora, enquanto que o proletariado é uma classe ao mesmo tempo explorada e oprimida, o mesmo não se pode dizer de muitas fracções de classe, que não sendo "exploradas" são pelo menos oprimidas. É, o caso de muitos quadros técnicos, dos estudantes, e até dos próprios agentes da repressão, como paramilitares e os encarregados/capatazes.

Assim, não é de admirar que, pelo menos transitariamente, sujeitos históricos não-explorados tomem posições revolucionárias: é que a opressão capitalista manifesta-se no seu quotidiano a todo o momento: "trabalho" rotineiro, repetitivo e estupidificante, horários, instituições e códigos repressivos (Escola, Igreja, Família, Moral...) e até através de realizações sociais aparentemente neutras: a organização dos tempos livres e a sua ocupação, a estrutura urbanística e a "Cultura".

Nestas diferenças objectivas de situação de classe se radica a diferença subjectiva de consciência política. Enquanto que o prole-

tariado se define como a classe que nada tem a perder por assumir a via revolucionária, os estudantes têm muito a perder e a sua posição de luta de classes depende da consciência que tiverem da sua própria opressão e exploração de outrém. Cumulativamente, os estudantes são, na aparência, livres e o trabalho exclusivamente intelectual que produzem não é, na maioria das vezes, imposto à custa de coacções muito severas, mas sim através do almejado prémio da promoção social. Dialecticamente, contudo, pela consciência da sua situação provisória (necessária à sua futura integração/opressão quotidiana), pelo seu tempo livre e acesso facilitado à leitura e outros meios de comunicação, uma parte dos estudantes compreende que a sua libertação individual passa pela libertação de outros, pelo socialismo.

UMA ESTRATÉGIA ESTUDANTIL?

Neste contexto, é ilusório pretender que os estudantes, *enquanto estudantes*, possam ter uma estratégia própria e revolucionária, não só pelas condições objectivas e subjectivas apontadas, mas também porque as suas lutas só serão historicamente importantes se ultrapassarem (fisicamente ou pela natureza das suas reivindicações) os muros da Escola-instituição.

É, por isso, tão mistificadora (e revisionista) a palavra de ordem "Por uma reforma Geral e Democrática do Ensino" como "Por um Ensino ao Serviço do Povo" (ou "Por uma Universidade Popular"). Efectivamente, a Escola capitalista não pode ser democrática nem ao serviço do Povo (leia-se "trabalhadores") e não nos parece, agora ou na sociedade socialista, que esses estudantes defendam os seus interesses enquanto estudantes cedendo o seu lugar aos "filhos do povo". Por outro lado, parece-nos importante sublinhar que duvidamos que seja possível numa sociedade socialista uma Escola-instituição "separada"

das estruturas e relações de produção e reproduzindo, portanto, a divisão social do trabalho capitalista. Os que acreditam no contrário baseiam-se, aliás, na tese mais geral de que a passagem ao socialismo se fará apenas pela mudança (pacífica no primeiro caso, violenta no segundo) de estrato social detentor do poder, sem alterar profundamente a estrutura desse poder e o aparelho de Estado que o traduz.

Também nos parece não se limitar o papel dos estudantes à denúncia da "irracionalidade" do sistema capitalista — a racionalidade do sistema capitalista não é via para o socialismo e a mera explicitação das suas contradições não é, em si, revolucionária.

CONTRA UM PROJECTO CORPORATIVO-INTEGRAÇÃO NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Para que certos sectores não possam apressadamente acusar esta tentativa de análise de derrotista e desmobilizadora, esclareçamos mais uma vez que não nos interessam alianças nem unidades forjadas na cúpula, mas sim práticas e projectos revolucionários em que a unificação se verifique na base e na acção.

A real importância dos sectores estudantis na luta pelo socialismo reside para nós, na sua maior parte, não no maior ou menor "barulho" que fizeram na Escola (dito ou não "ao lado" ou "em apoio" das lutas dos trabalhadores) mas sim na ligação efectiva a um processo revolucionário.

A bom entendedor...

(1) É evidente que esta distinção é esquemática, notando-se complementarmente que a opressão referida diz respeito tanto à opressão no (e do) próprio trabalho, como à opressão na existência total dos indivíduos, como adiante se verá.

Revolução

EDITORIAL

No meio do período das "festas", com a paragem própria da época, notou-se uma certa agitação no interior do poder político e com arrumações e desarrumações de casa nos Congressos dos Partidos. As lutas dos trabalhadores, que não são assunto alheio para a imprensa burguesa, apontam aqui e acolá (Troia, Somague, Nutripol), mas não são assunto da ordem do dia.

No entanto, Portugal deve estar a atravessar uma crise que pode ser o início de um processo revolucionário, que altera a estratégia mundial.

Mantém-se a interrogação do público sobre o Plano Económico-Social de Transição. Mas é por causa dele, por ele ou contra ele, que o Conselho dos 20, o Governo Provisório e o MFA reúnem e discutem.

Se este Plano propõe reformas dentro do sistema, sabemos que será um estrebuchar dentro da crise, tentando salvar o capital pela porta da democracia e promovendo o MFA e o Governo Provisório a santos protectores dos pobres "desprotegidos" trabalhadores. Para ver se o Capital não é muito mau...

Quererão os mais progressistas do MFA que o processo fique por aí? Assistirão passivos à crise económica permanente criada pelo próprio capitalismo?

Mais propostas e mais adiamentos só farão arrastar a crise. As tensões sociais serão o corolário duma situação em que aumenta o custo de vida, escasseiam os produtos e não aumentam os salários. E os trabalhadores sabem que estão a produzir para o patrão. Essas circunstâncias conduzirão a rupturas e a confrontos, em que as F. A. em geral terão que escolher de que lado é que estão. E cada um dos intervenientes fará a opção fundamental, pelo socialismo ou pelo capitalismo. As meias-tintas não são opção. É fácil para aqueles que sofrem no dia a dia a exploração saber claramente por que lado é que escolhem; para os que a não sofrem, a escolha faz-se ao nível intelectual e é necessário que se façam rupturas profundas com o passado, a inércia, no fundo com o espírito de conservação do que já existe. É esta ruptura que tem que fazer cada um daqueles que não tendo origem no proletariado pretende estar a seu lado. É esta ruptura que muitas vezes não é feita, mascarando-se a ausência de escolha com manobras de remedeio e de adiamento. Mas não escolher, neste caso é escolher pelo que está, é escolher pelo capitalismo.

A tática a adoptar neste momento pelo proletariado passa pela análise metódica da situação, de maneira a conquistar os aliados possíveis.

Das forças das lutas dos trabalhadores e da sua capacidade de organização autónoma e partidária, depende que grau de poder conquistarão neste processo. Cabe aos militantes revolucionários dar tudo por tudo, neste momento em que se reúnem em Portugal condições excepcionais.

QUE DEMOCRACIA?

Vimos hoje alertar os trabalhadores e a opinião pública em geral sobre as contradições que se estão a manifestar no seio do exército relativamente à tão decantada "democratização" em curso.

Assim, não podemos deixar de dizer que a democracia existente no MFA ao nível de oficiais tem de estender-se aos soldados e milicianos que são trabalhadores fardados.

Este facto é, aliás, confirmado pelas contradições existentes entre certas posições progressistas do MFA e as posições vincadamente burguesas de certos sectores das FA que actuam ainda em moldes reaccionários, servindo-se das estruturas hierárquicas existentes no exército.

Constantemente se nega aos soldados a livre expressão, o direito de reunião e tomadas de posição

política, quer no interior dos quartéis, quer no exterior. É o caso concreto do soldado Etevíno de Jesus, preso nos últimos acontecimentos em Lisboa no âmbito da Juventude Centralista, da CDS. Paralelamente, às próprias decisões de oficiais progressistas do MFA que consistiram na prisão de notórios capitalistas culpados de sabotagem económica e corrupção sobrepõe-se um poder judicial de características burguesas que os liberta a troco de alguns milhares de contos, que no fim são provenientes da exploração sistemática da classe trabalhadora.

De onde se conclui que só através de uma forte coesão dos oficiais progressistas do MFA com os soldados e trabalhador es em geral, dando-lhes os poderes de decisão e controle numa verdadeira democracia de base, se derrubará a reacção e se criarão condições para a revolução socialista.

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 60000
Anual — 120000

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4

